



CÂMARA MUNICIPAL DE CÂNDIDO MOTA

- Estado de São Paulo -

Edital nº 01/2017

Concurso Público Nº 01/2017

ADVOGADO

CADERNO DE QUESTÕES

1. Esta prova contém 40 (quarenta) questões, cada uma com 4 (quatro) alternativas das quais somente uma é correta.
2. Será anulada a questão em que for preenchida mais de uma alternativa ou que estiver preenchida de forma inadequada.
3. Preencha totalmente o **CARTÃO DE RESPOSTAS** com caneta (azul ou preta), o espaço indicado, **conforme exemplo abaixo** com o cuidado de não ultrapassá-lo. Não use lápis ou caneta vermelha em hipótese alguma, para preencher as respostas.

A	■	C	D
---	---	---	---

4. Ao receber o **CARTÃO DE RESPOSTAS**, confira seus dados, em estando corretos assine-o.
5. Não rasure nem amasse o **CARTÃO DE RESPOSTAS**. Não escreva nada no **CARTÃO DE RESPOSTAS** fora do campo reservado.
6. A duração da prova é de 3 (três) horas, não havendo tempo suplementar para marcar as respostas.
7. É terminantemente proibido retirar-se do local da prova antes de decorrida uma hora, após o início, qualquer que seja o motivo.
8. É terminantemente proibido ao candidato fazer uso, durante a prova, de qualquer instrumento eletrônico.
9. O candidato deverá ao final da prova entregar o **CARTÃO DE RESPOSTAS** assinado que será o único documento válido para a correção da prova.

BOA PROVA!

NOME DO CANDIDATO

Nº DA INSCRIÇÃO

Transcreva abaixo as suas respostas, dobre na linha pontilhada e destaque cuidadosamente.

RESPOSTAS

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40

Conhecimentos Específicos

1. Com fundamento no texto legal abaixo, assinale a alternativa correta.

A Constituição Federal de 1988 prescreve:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

(...)

II- a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

(Redação dada pela Emenda Constitucional Nº 19, de 1998).

(...)

IX- a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

A expressão: “**necessidade temporária de excepcional interesse público**” encontra fundamento constitucional no princípio da:

- (A) Legalidade.
- (B) Impessoalidade.
- (C) Publicidade.
- (D) Eficiência.

2. A licitação é dispensável nas seguintes hipóteses:

- I. Guerra ou grave perturbação da ordem;
- II. Quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;
- III. Venda de bem imóvel para outro órgão da Administração Pública, independentemente de qualquer outro requisito;
- IV. Contratação de serviços técnicos de gerenciamento de obras, com profissionais de notória especialização.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- (A) I e III
- (B) I e II
- (C) II e III
- (D) II e IV

3. Na hipótese de Prefeito que delibera desapropriar área de seu desafeto para edificar hospital municipal, verifica-se, do ponto de vista material ofensa ao seguinte princípio da Administração Pública:

- (A) moralidade;
- (B) motivação;
- (C) legalidade;
- (D) devido processo legal;

4. Em se tratando de Mandado de Segurança:

I. É cabível contra violação de direito líquido e certo, sendo estes atributos verificados pela sua comprovação imediata, independentemente da complexidade jurídica.

PORQUE

II. Nos casos de complexidade jurídica, a garantia oferecida pelo writ é preservada, o que não ocorre em situações de complexidade fática, circunstância que exige dilação probatória e impede, por essa razão, a utilização desse remédio constitucional.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- (A) A asserção I é uma proposição verdadeira e a II é uma proposição falsa.
- (B) As asserções I e II são proposições verdadeiras e a II não justifica a I.
- (C) As asserções I e II são proposições verdadeiras e a II justifica a I.
- (D) A asserção I é uma proposição falsa e a II é uma proposição verdadeira.

5. Os direitos e garantias individuais fixados na Constituição Federal são assegurados:

- (A) aos brasileiros e estrangeiros residentes no País;
- (B) somente aos brasileiros naturalizados;
- (C) somente aos brasileiros natos;
- (D) somente aos brasileiros natos e naturalizados.

6. Autoridade administrativa recusa-se ilegalmente a fornecer certidão de tempo de serviço requerida por funcionário público, que dela necessita para pedir a aposentadoria. É cabível, nesse caso:

- (A) mandado de injunção.
- (B) habeas data.
- (C) ação civil pública.
- (D) mandado de segurança.

7. Relativamente aos crimes contra a Administração Pública, avalie as situações hipotéticas apresentadas nos itens a seguir.

I. Pratica crime de peculato-apropriação o funcionário que, não tendo a posse de dinheiro, valor ou bem, o subtraia ou concorra para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário.

II. Pratica crime de concussão o servidor que exija, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função exercida na Administração, ou antes, de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.

III. Pratica crime de corrupção passiva o servidor que solicite ou receba, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função exercida na Administração ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida ou aceite promessa de tal vantagem.

É correto o que se afirma apenas em:

- (A) I
- (B) II
- (C) II e III
- (D) I e III

8. "Tico" ofereceu, no prazo decadencial previsto em lei, representação em face de "Teco", em razão de injúria consistente na utilização de elementos relativos à sua condição de portador de deficiência física, tais como "manco" e "aleijadinho". Oferecida a denúncia, não houve possibilidade de composição, transação penal ou suspensão condicional do processo. Após algum tempo, em virtude da relação de amizade entre os filhos de "Tico" e "Teco", "Tico" encaminhou ao juízo encarregado pedido de arquivamento do processo, pois perdera o interesse na persecução criminal.

Na situação apresentada, o juiz deveria:

- (A) julgar improcedente a ação penal e absolver o réu.
- (B) negar o pedido de "Tico", por ser irretroatável a representação após o oferecimento da denúncia.
- (C) extinguir o processo, sem julgamento de mérito, por falta de interesse de agir de "Tico".
- (D) declarar extinta a punibilidade, diante da retratação da representação por "Tico".

9. Havendo, na obrigação indivisível, remissão, transação, novação, compensação ou confusão da dívida em relação a um dos devedores,

- (A) todos os codevedores têm vantagem.
- (B) somente o devedor perdoado aproveita, pois os cocredores, ao receberem o objeto indivisível, devolvem ao devedor, em espécie, a parte que lhe cabe.
- (C) a obrigação se extingue por completo, exonerando todos os codevedores.
- (D) somente o devedor perdoado aproveita, pois os cocredores, ao receberem o objeto indivisível, devolvem ao devedor, em dinheiro, a parcela que lhe cabe.

10. Considerando os fundamentos teóricos do direito de propriedade e os limites estabelecidos pelas suas funções na sociedade contemporânea, conclui-se que a demarcação de terras, como restrição oriunda dos direitos relativos à propriedade privada e das relações de contiguidade, é direito:

- (A) exclusivo do proprietário do bem, em razão da natureza dos interesses tutelados e do atendimento aos interesses sociais e à função social.
- (B) daqueles que se encontram no imóvel em razão de direito real, como o usufrutuário, o que atende diretamente aos interesses privados, sendo essa sua função.
- (C) de titular de direito real de posse, uso e fruição do imóvel, incluídos o locatário e o usufrutuário, atendendo-se, assim, aos interesses sociais.
- (D) de titular de direito real de qualquer classe, como o condômino e o credor pignoratício, atendendo-se, assim, a interesses sociais e à função social.

11. José era casado no regime da comunhão parcial com Maria e, ao falecer, não deixou testamento, mas deixou a viúva e cinco filhos nascidos dessa união: Zito, Tito, Serafim, Joaquim e Mariazinha. José deixa ainda somente bens particulares no montante de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

No tocante a sucessão do cônjuge e descendentes do "de cujus", de acordo com o que dispõe o Código Civil e diante da hipótese acima, analise as assertivas abaixo:

- I. Como Maria era casada com José no regime de comunhão parcial de bens, a mesma não terá direito a herança, não podendo ser herdeira na sucessão do marido, que será dividida entre os cinco filhos do casal, igualmente.
- II. Maria não terá direito a herança, uma vez que os bens deixados por José eram particulares e Maria somente herdaria se José tivesse deixados bens comuns.
- III. Maria será considerada herdeira de José, uma vez que eram casados no regime da comunhão parcial de bens e o falecido marido somente deixou bens particulares.
- IV. Maria não terá direito a herança de José, porque não faz parte da vocação hereditária.

Assinale a alternativa correspondente:

- (A) Somente a III está correta.
- (B) A I e II estão corretas.
- (C) Somente a I está correta.
- (D) Somente a IV está correta.

12. Leia o texto abaixo com atenção e responda a questão a seguir:

Em seu sentido próprio, a jurisdição compete apenas aos órgãos do Poder Judiciário, embora em direito administrativo também se fale em "jurisdição administrativa", bem como em "jurisdição" simplesmente como o limite da competência administrativa de um órgão público. Do ponto de vista da teoria da separação dos poderes, a jurisdição é a função precípua do Poder Judiciário, sendo-lhe acrescida, em alguns sistemas jurídicos nacionais, a função do controle de constitucionalidade. Como regra, a função jurisdicional é exercida somente diante de casos concretos de conflitos de interesses, quando provocada pelos interessados. No sentido coloquial, a palavra jurisdição designa o território (estado ou província, município, região, país, países-membros etc.) sobre o qual este poder é exercido por determinada autoridade ou Juízo. O tema da jurisdição é objeto de estudo das disciplinas de direito constitucional, direito internacional privado, direito processual e direito administrativo, dentre outras.

Sobre jurisdição, assinale a resposta correta:

- (A) A jurisdição é monopólio estatal. Entretanto, podem os interessados optar por meio não estatal de exercício da jurisdição, capaz de por fim à lide.
- (B) A arbitragem, nos conflitos a ela submetidos por deliberação dos interessados, constitui exercício delegado da jurisdição, por isso se insere no conjunto dos meios para a solução da lide.
- (C) Todas as alternativas estão corretas.
- (D) A arbitragem, expressamente prevista em lei, não implica violação ao princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional (CF, art. 5º, inc. XXXV).

13. Flávio possui um documento que indica que João lhe deve a quantia de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), trata-se de um documento simples, assinado apenas por João, que confirma o empréstimo e o dever de pagamento. Passado o prazo para pagamento, sem que João tenha tomado qualquer atitude, Flávio promoveu a notificação do devedor, que permaneceu inerte. O advogado de Flávio promoveu então uma ação de rescisão contratual cumulada com pedido de indenização por danos morais e materiais contra João. O Juiz de primeiro grau, ao receber a inicial, a indeferiu com fundamento no artigo 330, inciso I do CPC. (Art.330 A petição inicial será indeferida quando, inciso I for inepta). O advogado de Flávio para recorrer dessa decisão deverá:

- (A) interpor recurso de apelação, sendo facultado ao juiz, no prazo de 05 (cinco) dias, retratar-se
- (B) interpor embargos declaratórios.
- (C) interpor recurso de agravo de instrumento.
- (D) interpor recurso de apelação, sendo facultado ao juiz, no prazo de 10 (dez) dias, retratar-se.

14. Uma das obrigações implícitas de quem exerce o direito de ação é a de apresentar com clareza o que se postula, “porque a exata compreensão do postulado irá influir decididamente na possibilidade de defesa, dificultando o contraditório,” e “a ausência de clareza importa em retardamento da prestação jurisdicional, maculando o princípio da duração razoável do processo”. (BRASIL, Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, processo Nº 00634-2011-015-03-00-6 RO, DEJT de 25/06/2012.)

Considerando a necessidade de clareza da postulação, conforme alude o texto acima, suponha que, em uma ação trabalhista, tenha sido impossível ao juiz determinar exatamente a pretensão do autor. Nessa situação, infere-se que:

- (A) o autor incorreu em ofensa ao princípio da lealdade processual.
- (B) a falha do autor caracteriza falta de interesse processual de sua parte.
- (C) o juízo acionado deve declarar abuso do direito de ação pelo autor.
- (D) o juízo acionado deve declarar inépcia da petição inicial ou do pedido.

15. Avalie as seguintes afirmações com referência à competência da Justiça do Trabalho para julgar ações de dissídios coletivos, possessórias, mandados de segurança e *habeas data*.

I. A competência funcional para processar e julgar dissídios coletivos é dos Tribunais Regionais do Trabalho ou do Tribunal Superior do Trabalho, conforme a área de abrangência do conflito e a representação das categorias envolvidas no conflito de interesses.

II. A Justiça do Trabalho é incompetente para julgar ações possessórias, incluído o interdito proibitório, ainda que essas ações sejam decorrentes do exercício do direito de greve dos trabalhadores da iniciativa privada.

III. Os Tribunais Regionais do Trabalho são competentes para julgar mandado de segurança em que figure como autoridade coatora juiz, titular ou substituto, de vara do

trabalho; juiz de direito investido na jurisdição trabalhista e o próprio tribunal ou qualquer dos seus órgãos colegiados ou monocráticos.

IV. É da Justiça comum a competência para impetrar *habeas data* em favor do empregador, contra órgão de fiscalização da relação de trabalho que se nega a fornecer informações sobre processo administrativo.

É correto apenas o que se afirma em

- (A) I e II
- (B) III e IV
- (C) I e III
- (D) I, II e IV

16. Tendo-se recusado a cumprir ordem lícita de serviço, o empregado Pedro foi advertido, por escrito, por seu gerente José. Ao receber a advertência escrita, Pedro recusou-se a assinar cópia do documento do empregador, sob alegação de não concordar com seu conteúdo. Pedro foi, então, despedido por justa causa, sob a imputação de ato de indisciplina, por não assinar a advertência escrita.

Nessa situação, infere-se que:

- (A) a empresa errou ao demitir por justa causa o empregado que se recusou a cumprir ordem lícita de serviço, pois o gerente já o havia advertido.
- (B) a imputação de indisciplina ao empregado que se recusou a assinar a advertência foi medida tomada corretamente pela empresa.
- (C) a empresa agiu corretamente ao despedir o empregado por justa causa com base na recusa dele de assinar a advertência escrita.
- (D) o empregado agiu de forma ilegítima ao se recusar a assinar a advertência do gerente.

17. Assinale a alternativa correta:

A contribuição de melhoria cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao:

- (A) investimento de obras necessárias por ocasião de calamidades públicas.
- (B) investimento e serviços públicos, especialmente no campo da política tributária.
- (C) Ao desenvolvimento aos programas sociais e comunitários.
- (D) custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

18. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

- I.** instituir ou majorar tributos sem que a lei o estabeleça, ressalvado, quanto à majoração, os dispositivos legais.
- II.** cobrar imposto sobre o patrimônio e a renda com base em lei posterior à data inicial do exercício financeiro a que corresponda;
- III.** estabelecer limitações ao tráfego, no território nacional, de pessoas ou mercadorias, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais;

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II
- (B) Todas as alternativas estão corretas.
- (C) II e III
- (D) I e III

19. Em se tratando da vigência da Lei Tributária é incorreto o que se afirma em:

- (A) Entram em vigor no primeiro dia útil seguinte àquele em que ocorra a sua publicação os dispositivos de lei, referentes a impostos sobre o patrimônio ou a renda: que instituem ou majoram tais impostos e que definem novas hipóteses de incidência;
- (B) os convênios que entre si celebrem a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios entram em vigor na data neles prevista.
- (C) os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas entram em vigor na data da sua publicação.
- (D) A legislação tributária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios vigora, no País, fora dos respectivos territórios, nos limites em que lhe reconheçam extraterritorialidade os convênios de que participem, ou do que disponham esta ou outras leis de normas gerais expedidas pela União.

20. Sobre a capacidade tributária passiva é incorreto afirmar que:

- (A) ela independe da capacidade civil das pessoas naturais;
- (B) ela independe de achar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais, ou da administração direta de seus bens ou negócios;
- (C) As alternativas A e B estão corretas e a alternativa D está incorreta.
- (D) ela independe de estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.

21. Segundo o Art.3º - Do Regimento Interno da Câmara Municipal de Cândido Mota. A Câmara tem funções legislativas, exerce atribuições de fiscalização interna e externa, financeira e orçamentária, de controle e de assessoramento dos atos do Executivo e pratica atos de administração interna.

A função de fiscalização, sobre os aspectos contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial do Município e das entidades da administração indireta, é exercida com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, compreendendo:

- I. o _____ das contas do exercício financeiro apresentadas pelo Prefeito;
- II. acompanhamento das atividades _____ do Município.
- III. julgamento da _____ das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e _____ pelo Poder Público e as contas daqueles que derem causa a

perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.

Assinale a alternativa que completa corretamente das lacunas dos itens, do § 2º do citado artigo.

- (A) Acompanhamento, financeiras, regularidade, mantidas.
- (B) Movimento, públicas, idoneidade, geridas.
- (C) Monitoramento, financeiras, procedência, mantidas.
- (D) Acompanhamento, monetárias regularidade, geridas.

22.O Art. 20, prevê que a Mesa reunir-se-á ordinariamente, uma vez por quinzena, em dia e hora prefixados, e extraordinariamente sempre que convocada pelo Presidente ou pela maioria de seus membros. E que perderá o cargo o membro da Mesa que deixar de comparecer a _____ reuniões ordinárias consecutivas, sem causa justificada.

Assinale a alternativa correta:

- (A) Duas
- (B) Três
- (C) Nenhuma das alternativas.
- (D) Cinco

23. Em que casos o Presidente da Câmara, usará de Portarias, segundo o Art. 31 do Regimento Interno.

- I. remoção, readmissão, férias, abonos de faltas ou, ainda, quando se tratar de expedição de determinações aos servidores da Câmara;
- II. nomeação de membros das Comissões Temporárias
- III. outros casos determinados em Lei ou Resolução.
- IV. matérias de caráter financeiro;

Assinale a alternativa correta:

- (A) As alternativas I,II, apenas.
- (B) As alternativas II, III e IV, apenas.
- (C) As alternativas, I e III, apenas.
- (D) Todas as alternativas.

24. Segundo o Art. 43 do Regimento Interno. Vagando qualquer cargo da Mesa, será realizada eleição no Expediente da primeira sessão ordinária seguinte, ou em sessão extraordinária convocada para esse fim, para completar o mandato.

Parágrafo único. Em caso de renúncia ou destituição total da Mesa, _____ nova eleição, para se completar o período do mandato, na sessão _____ àquela em que ocorreu a renúncia ou destituição, sob a presidência do Vereador mais votado dentre os presentes,

que ficará _____ na plenitude das funções até a posse da nova Mesa.

Assinale a alternativa que completa corretamente as

lacunas do texto acima.

- (A) Ocorrerá, posterior, encarregado.
- (B) Proceder-se-à, imediata, investido.
- (C) Ocorrerá, imediata, encarregado.
- (D) Proceder-se-à, posterior, investido.

25. Segundo o Art. 50. do Regimento Interno. Concluindo pela improcedência das acusações, a Comissão Processante deverá apresentar seu parecer, na primeira sessão ordinária subsequente, para ser lido, discutido e votado nominalmente em turno único, na fase de Expediente.

Assinale a alternativa correta quanto ao número de votos necessários para o parecer da Comissão Processante ser aprovado ou rejeitado.

- (A) Um terço dos votos
- (B) Maioria absoluta dos votos
- (C) Nenhuma das alternativas.
- (D) Maioria simples dos votos

26. Segundo a Lei Orgânica Municipal, no seu Art. 5º, são OBJETIVOS FUNDAMENTAIS do Município:

I. garantir, no âmbito de sua competência, a efetividade dos direitos fundamentais da pessoa humana;

II. dividir-se, para fins administrativos, em Distritos a serem criados, alterados, organizados e suprimidos por lei após consulta plebiscitária às populações interessadas.

III. Colaborar com os Governos Federal e Estadual na Constituição de uma sociedade livre, justa e solidária;

IV. Promover o bem-estar e o desenvolvimento de sua comunidade;

Assinale a alternativa correta:

- (A) As alternativas I, II, e III, apenas.
- (B) As alternativas, I, III e IV, apenas.
- (C) As alternativas, I, II e IV, apenas
- (D) Todas as alternativas são corretas.

27. O Art. 15 da Lei Orgânica Municipal, dispõe que o Poder Legislativo é _____ pela Câmara Municipal, composta por _____ Vereadores, eleito na forma do artigo 29, inciso I da Constituição Federal, com base nos

_____ constitucionais, nesta Lei Orgânica e no seu Regimento Interno.

Complete as lacunas do texto acima de acordo com o artigo citado:

- (A) Exercido, 09 (nove), preceitos.
- (B) Executado, 10(dez), direitos.
- (C) Gerido, 09 (nove), preceitos
- (D) Comandado, 11 (onze), direitos.

28. “No primeiro ano de cada Legislatura, no dia 1º de janeiro, às 9:00 horas, em Sessão de instalação, independente do número de Vereadores, sob a Presidência do mais votado dentre os presentes, os Vereadores prestarão compromisso e tomarão posse.

Segundo o Art. 20 da Lei Orgânica, o Vereador que não tomar posse na sessão prevista no artigo 18, deverá fazê-lo até _____ depois da primeira sessão ordinária da legislatura.

Complete a lacuna acima de acordo com que está previsto na legislação.

- (A) 30 (trinta) dias.
- (B) 10 (dez) dias.
- (C) 15 (quinze) dias.
- (D) Nenhuma das alternativas.

29. Em relação às Sessões extraordinárias, é correto afirmar, que a convocação será feita mediante ofício ao Presidente da Câmara para reunir-se, no máximo, dentro de 10 (dez) dias. A convocação extraordinária da Câmara Municipal é possível no período recesso e far-se-á:

- I.** pela maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal;
- II.** pelo prefeito, em caso de urgência ou interesse público relevante.
- III.** pela maioria simples dos membros da Câmara Municipal;
- IV.** por qualquer representante do Prefeito, desde que devidamente justificado.

Assinale a alternativa correta:

- (A) As alternativas I e II, apenas
- (B) As alternativas III e IV, apenas.
- (C) As alternativas II, III, apenas.
- (D) Nenhuma das alternativas.

30. Segundo o Art. 42 – A Câmara terá Comissões Permanentes e Temporárias, _____ na forma e com as _____ previstas no seu Regimento Interno ou no ato de que _____ sua criação, assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional das _____ ou blocos partidários.

Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas do artigo acima.

- (A) Constituídas, funções, dispuser legendas.
- (B) Estabelecidas, atribuições, dispuser, bancadas.
- (C) Previstas, funções, resultar, legendas.
- (D) Constituídas, atribuições, resultar, bancadas.

Língua Portuguesa

31. Observe a charge.



Chargeonline.com.br - © Copyright do autor

Assinale a alternativa que apresenta a crítica transmitida pela charge.

- (A) A informação do rádio é mais precisa do que da TV, pois apresenta a quantidade exata de tiros.
- (B) As famílias gostam mais de notícias pelo rádio do que pela TV.
- (C) A sociedade se preocupa mais com fatos fictícios que ocorrem na TV do que com a realidade.
- (D) A sociedade não gosta de ouvir programas de rádio e prefere os programas da TV, pois apresenta imagens mais chocantes.

Leia o texto para responder as questões **32**, **33** e **34**.

Passagem pela adolescência

“Filho criado, trabalho redobrado.” Esse conhecido ditado popular ganha sentido quando chega à adolescência. Nessa fase, o filho já não precisa dos cuidados que os pais dedicam à criança, tão dependente. Mas, por outro lado, o que ele ganha de liberdade para viver a própria vida resulta em diversas e sérias preocupações aos pais. [...] Se a vida com os filhos adolescentes, que alguns teimam em considerar um fato aborrecedor, é complexa e delicada, a vida deles também o é. Na verdade, o fenômeno da adolescência, principalmente no mundo contemporâneo, é

bem mais complicado de ser vivido pelos próprios jovens do que por seus pais. Vejamos dois motivos importantes.

Em primeiro lugar, deixar de ser criança é se defrontar com inúmeros problemas da vida que, antes, pareciam não existir: eles permaneciam camuflados ou ignorados porque eram da responsabilidade só dos pais. Hoje, esse quadro é mais agudo ainda, já que muitos pais escolheram tutelar integralmente a vida dos filhos por muito mais tempo. Quando o filho, ainda na infância, enfrenta dissabores na convivência com colegas ou pena para construir relações na escola, quando se afasta das dificuldades que surgem na vida escolar – sua primeira e exclusiva responsabilidade –, quando se envolve em conflitos, comete erros, não dá conta do recado etc., os pais logo se colocam em cena. Dessa forma, poupam o filho de enfrentar seus problemas no presente, é claro, mas também passam a ideia de que eles não existem por muito mais tempo. É bom lembrar que a escola – no ciclo fundamental – deveria ser a primeira grande batalha da vida que o filho teria de enfrentar sozinho, apenas com seus recursos, como experiência de aprender a se conhecer, a viver em comunidade e a usar seu potencial com disciplina para dar conta de dar os passos com suas próprias pernas.

Em segundo lugar, o contexto sociocultural globalizado atual, com ideais como consumo, felicidade e juventude eterna, por exemplo, compromete de largada o processo de amadurecimento típico da adolescência, que exige certa dose de solidão para a estruturação de tantas vivências e, principalmente, interlocução. E com quem os adolescentes contam para conversar? Eles precisam, nessa época de passagem para a vida adulta, de pessoas dispostas a assumir o lugar da maturidade e da experiência com olhar crítico sobre as questões existenciais e da vida em sociedade para estabelecer com eles um diálogo interrogador. Várias pesquisas já mostraram que os jovens dão grande valor aos pais e aos professores em suas vidas. Entretanto, parece que estamos muito mais comprometidos com a juventude do que eles mesmos. Quem leva a sério questões importantes para eles em temas como política, sexualidade, drogas, ética, depressão e suicídio, vida em família, vida escolar, violência, relações amorosas e fidelidade, racismo, trabalho etc.? Quando digo levar a sério

me refiro a considerar o que eles dizem e dialogar com propriedade, e não com moralismo ou com excesso de jovialidade. E, desse mal, padecem muitos pais e professores que com eles convivem. Os adolescentes não conseguem desfrutar da solidão necessária nessa época da vida, mas parece que se encontram sozinhos na aventura de aprender a se tornarem adultos. Bem que merecem nossa companhia, não?

Sayão, Rosely. Passagem pela adolescência. Folha de S.Paulo, 21 fev. 2008. Caderno Equilíbrio, p. 12.

32. De acordo com o texto, podemos afirmar que:

- (A) O texto apresenta a alegria que os adolescentes ficam quando crescem e deixam de ser crianças, podendo ter vontade própria e independência nas decisões.
- (B) O texto apresenta as dificuldades que os pais, professores e principalmente os adolescentes enfrentam quando estão deixando de ser crianças e passam a iniciar uma vida com mais responsabilidades.
- (C) De acordo com o texto a passagem pela adolescência é tranquila e calma e os pais que complicam muito.
- (D) Deixar de ser criança não é difícil, pelo contrário, é um processo natural que os adolescentes devem passar sozinhos e sem ajuda de ninguém.

33. Observe o fragmento retirado do texto: “**Hoje**, esse quadro é mais agudo ainda, já que muitos pais escolheram tutelar integralmente a vida dos filhos por muito mais tempo.”, a palavra em destaque exerce função de:

- (A) substantivo.
- (B) adjetivo.
- (C) conjunção.
- (D) advérbio.

34. Observe o seguinte trecho “Dessa forma, poupam o filho de enfrentar seus problemas no presente, é claro, mas também passam a ideia de que **eles** não existem por muito mais tempo.”, o pronome em destaque se refere a palavra:

- (A) pais.
- (B) problemas.
- (C) adolescentes.
- (D) filhos.

35. Leia a tirinha para responder a questão.



(QUINO. Toda Mafalda. Martins Fontes. São Paulo, 2000.)

Assinale a alternativa que melhor expresse a crítica contida na tirinha.

- (A) Para Mafalda o mundo está “doente” (injustiças, incoerências, fome, discórdia,...), existem situações erradas com o mundo que ela não concorda e está triste por isso.
- (B) O amigo de Mafalda fica decepcionado ao ver que os pais dela não estão doentes, porque ele foi até lá para visitá-los.
- (C) O globo terrestre de Mafalda quebrou e ela está triste porque não poderá brincar com seu amigo.
- (D) Mafalda não liga se os pais estão doentes, ela apenas se preocupa com seus brinquedos e os trata como pessoas.

36. Assinale a alternativa correta, no que se refere à concordância verbal, de acordo com a norma culta:

- (A) De casa à escola é três quilômetros.
- (B) Havia muitos candidatos esperando a hora da prova.
- (C) Faz mais de cem anos que a Lei Áurea foi assinada.
- (D) Fui eu que abriu a porta para o agente do censo.

37. Observe as frases abaixo:

- I. Faltei à verdade quando disse que fui à Igreja.
- II. Eu sempre ouço Madona.
- III. Ela chorou rios de lágrimas.
- IV. Ele tinha um perfume doce e macio.

Em relação às figuras de linguagem, assinale a alternativa que corresponde, correta e respectivamente, às frases acima. (I; II; III e IV)

- (A) Eufemismo; Metonímia; Hipérbole; Sinestesia.
- (B) Sinestesia; Hipérbole; Ironia; Metáfora.
- (C) Comparação; Metáfora; Sinestesia; Ironia.
- (D) Metonímia; Ironia; Eufemismo; Hipérbole.

38. Assinale a alternativa que apresenta somente encontros vocálicos formados por hiato.

- (A) pai, noite, caixa, meu, poesia e lagoa.
- (B) peixe, saudade, baú, joelho, série e cruel.
- (C) paixão, mágoa, glória, raiva, ciúme e ruim.
- (D) saúde, saída, soar, poético, moeda e dia.

39. Assinale a alternativa onde a crase foi empregada incorretamente.

- (A) Naquele ano fui à festa às 10 horas.
- (B) Quero agradecer àqueles que me socorreram
- (C) Desta vez vou à pé para fazer exercícios.
- (D) As amigas foram à confraternização de final de ano da empresa.

40. Assinale a alternativa em que as palavras completam, correta e respectivamente, os espaços da frase abaixo:

“Após muita discussão, João decidiu realizar o _____do carro, pois teve bom _____, o acidente tinha ocorrido por _____dele, então resolveu com _____o problema, afinal não queria estragar a _____ de cinema por bobagens.”

- (A) concerto, censo, imprudência, descrição, seção.
- (B) conserto, senso, imprudência, discricção, sessão.
- (C) concerto, senso, imprudência, discricção, seção.
- (D) conserto, censo, imprudência, descrição, sessão.